

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 349, DE 2017

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

Autor: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Relator: Deputado DANIEL VILELA

I - RELATÓRIO

Destina-se o projeto em análise a enumerar as competências do Vice-Presidente da República, com base no que prevê o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, em que se atribui à lei complementar a prerrogativa de distribuir atribuições à autoridade anteriormente referida. De acordo com o autor, a matéria em questão carece de enfrentamento, tendo em vista que não se providenciou sua aprovação “mesmo após quase 29 anos da edição da Carta Magna”.

A justificativa ainda assevera que as atribuições imputadas ao Vice-Presidente da República que não decorrem diretamente do texto constitucional “são intrinsecamente ligadas à atividade do Vice-Presidente da República, especialmente para dar assistência direta e imediata ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições”.

Dada sua natureza, a matéria deverá ser apreciada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, razão pela qual não se abriu prazo para emendas junto a este colegiado.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se, em virtude dos últimos acontecimentos, de matéria a ser apreciada com o devido cuidado. A história recente do país trouxe pelo menos um caso de conflito entre Presidente e Vice-Presidente da República. Não é possível ignorar esse episódio antes de se examinar uma proposição como a alcançada pelo presente parecer, haja vista tratar-se de relação delicada e sempre sujeita a intempéries.

Nesse contexto, o projeto em apreço parte de um raciocínio que não corresponde à realidade normativa aplicável ao caso. Não existe, como se supõe em sua justificativa e se verifica no projeto, subordinação hierárquica entre o Presidente da República e seu Vice. O estabelecimento por meio de lei complementar de uma relação como essa, isto é, na qual se reconheça ascendência de uma autoridade sobre a outra, poderá, se faltar harmonia entre ambas, desencadear conflitos desnecessários, e tudo de que o país não precisa é que se aprove uma legislação capaz de causar problemas tão graves quanto os recentemente superados.

Cabe, para demonstrar o que se afirma, comparar duas situações nas quais se adotaram fórmulas díspares. Na primeira delas, em que se verificou de fato e com efeito a relação de subordinação que o projeto torna universal e inequívoca, houve a designação formal do Vice-Presidente da República para uma função específica. Como se sabe, o falecido ex-Vice-Presidente José de Alencar foi nomeado Ministro da Defesa pelo ex-Presidente Lula e na ocasião não se registraram os atritos que terminaram se verificando quando o atual Presidente da República foi informalmente designado articulador político por sua antecessora no cargo que ocupa.

Viu-se, nesse último episódio, que a fórmula veiculada no projeto é incapaz de promover aquilo que é indispensável em qualquer relação na qual se pressuponha a hierarquia. Não se trata da sempre inglória tentativa de compatibilizar personalidades distintas, mas do estabelecimento artificial de uma subordinação que na prática não se verifica, visto que o Presidente da República não possui ascendência natural sobre seu vice. A tentativa de

romper esse pressuposto sem que se formalize a relação entre as duas autoridades conduz muito mais a complicações e desgastes do que a efetivos ganhos administrativos.

Assim, como a solução aventada não é adequada e se está diante de matéria cuja iniciativa seria mais apropriada para o Poder Executivo, vota-se pela rejeição integral do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado DANIEL VILELA
Relator